



**PROJETO DE LEI Nº**  
**(Do Sr. Deputado João de Deus)**

Ao Protocolo Legislativo para registro e, em seguida,  
à CCJ e à CAS.

Em 30/9/99

*Itamar Pinheiro Lima*  
Chefe da Assessoria de Plenário

**Dispõe sobre denominação de vias públicas na Região Administrativa de Brasília - RA-I e dá outras providências.**

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL decreta:

Art. 1º - Ficam denominadas, na Região Administrativa de Brasília - RA-I, as seguintes vias públicas:

- I - Eixo monumental Juscelino Kubitschek - JK;
- II - Estação Rodoviária de Brasília João Goulart;
- III - Eixo Rodoviário Sul Oscar Niemeyer;
- IV - Eixo Rodoviário Norte Israel Pinheiro;
- V - Praça dos Três Poderes Lúcio Costa;
- VI - Avenida W3 Sul Bernardo Sayão.
- VII - Avenida W3 Norte Luiz Crulls

PROTÓCOLO LEGISLATIVO  
PL n.º 804 / 1999  
Fls. n.º 01 (NE-02)

Art. 2º - Cabe ao Poder Executivo, através dos órgãos competentes, ministrar ampla divulgação do fato.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

**JUSTIFICAÇÃO**

O presente projeto de lei tem por objetivo cultuar na memória dos brasileiros e em particular, dos brasilienses, a história de ilustres homens construtores e governantes de Brasília. Sem eles a história do Brasil seria diferente: Juscelino Kubitschek de Oliveira, João Goulart, Oscar Niemeyer, Israel Pinheiro, Lúcio Costa e Bernardo Sayão.

*João de Deus*  
PDT



Nascido em Diamantina - MG em 12/09/1902, **Juscelino Kubitschek** mudou-se em 1921 para Belo Horizonte, onde diplomou-se como médico em 1927. Em 1931, casou-se com D. Sarah Luiza Gomes de Lemos. Sua carreira política iniciou-se em 1934 quando foi escolhido como chefe do gabinete do recém-nomeado interventor federal em Minas Gerais, Benedito Valadares. No mesmo ano foi eleito deputado federal. Porém, perdeu o mandato em 1937, com o advento do Estado Novo, voltando então a clinicar.

Nomeado prefeito de Belo Horizonte em 1940, também por Benedito Valadares, convocou Oscar Niemeyer, então arquiteto em início de carreira, para realizar várias de suas obras, inclusive a urbanização da Pampulha.

Ingressando no PSD, em 1945 foi novamente eleito deputado federal, exercendo o mandato de 1946 a 1950, ano em que foi eleito Governador de Minas Gerais. Iniciou o mandato em 31/01/51, norteando sua administração pelo binômio "Energia e Transporte".

Em 1955 foi eleito para a Presidência da República, cargo que exerceu de 31/01/56 a 31/01/61. Seu governo teve como base um ambicioso Plano de Metas (com o famoso slogan "50 anos em 5"), que incluía construção da nova capital.

Juscelino ambicionava disputar as eleições presidenciais de 1965, mas em junho de 64 teve seu mandato (havia sido eleito senador por Goiás) e seus direitos políticos cassados pelo regime militar.

A partir de então, JK percorreu por algum tempo cidades americanas e européias, em exílio voluntário. Voltou ao Brasil estabelecendo-se como empresário. Em 22/08/76 faleceu, vítima de um acidente automobilístico.

Em 12/09/81, foi inaugurado em Brasília o "Memorial JK", que abriga os restos mortais do ex-presidente, sua biblioteca particular, objetos pessoais e variado acervo relacionado à sua pessoa.

Em 1990, Márcia Kubitschek, filha de Juscelino, foi eleita Vice-Governadora do Distrito Federal, na chapa encabeçada por Joaquim Roriz.

Relembro a famosa citação de Juscelino que faz parte do acervo cultural da Capital do País:

*DESTE PLANALTO CENTRAL, DESTA SOLIDÃO QUE EM BREVE SE TRANSFORMARÁ EM CÉREBRO DAS ALTAS DECISÕES NACIONAIS, LANÇO OS OLHOS MAIS UMA VEZ SÔBRE O AMANHÃ DO MEU PAÍS E ANTEVEJO ESTA ALVORADA COM FÉ INQUEBRANTÁVEL E UMA CONFIANÇA SEM LIMITES NO SEU GRANDE DESTINO.*  
*BRASÍLIA, 02 DE OUTUBRO DE 1956.*

Quando o presidente Jânio da Silva Quadros renunciou, seu vice **João Goulart** (Jango), estava em visita a China. Por isso assume a presidência como interino, o presidente da Câmara Ranieri Mazilli. A UDN e a cúpula das forças armadas tentam impedir a posse de Jango por ser ele ligado às forças trabalhistas.



Os militares pressionam o Congresso para que considerem o cargo de presidente vago e convoquem novas eleições. O governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, o general Machado Lopes comandante do exército sediado no sul, tentam criar um movimento a favor da constituição. Mas o problema foi contornado com o congresso aprovando uma emenda mudando de regime presidencialista para parlamentarista. Jango assume, mas com os poderes amplamente reduzidos.

Este regime durou até 1963, onde, através de um plebiscito, Jango recuperou o sistema presidencialista e retomou sua atuação. Apoiando-se nos trabalhadores, sugeriu reformas de base para diminuir os abismos sociais do Brasil. Foi visto como representante do perigo comunista e deposto em 1964.

Jango assume a Presidência em 7 de setembro de 1961, sob o regime parlamentarista, e governa até o golpe de 64, 1º de abril. O parlamentarismo é derrubado em janeiro de 1962: em plebiscito nacional, onde 80% dos eleitores optam pela volta do presidencialismo.

O Plano Trienal também determina a realização das chamadas reformas de base - reforma agrária, educacional, bancária e outras, necessárias ao desenvolvimento de um "capitalismo nacional" e progressista".

O anúncio destas reformas aumenta a oposição ao governo e acentua a polarização da sociedade brasileira. Jango perde rapidamente suas bases na burguesia. Para evitar o isolamento, reforça as alianças com as correntes reformistas: aproxima-se de Leonel Brizola, então deputado federal pela Guanabara, de Miguel Arraes, governador de Pernambuco; da UNE e do Partido Comunista, que embora na ilegalidade, mantinha forte atuação no movimento popular e sindical. O Plano Trienal é abandonado em meados de 1963, mas o presidente continua, implementando medidas de caráter nacionalista: limita a remessa de capital para o exterior, nacionaliza empresas de comunicação e decide rever as concessões para exploração de minérios. As retaliações estrangeiras são rápidas: governo e empresas privadas norte-americanas cortam o crédito para o Brasil e interrompem a negociação da dívida externa.

No Congresso se formam a Frente Parlamentar Nacionalista, em apoio a Jango e a Ação Democrática Parlamentar, que recebe ajuda financeira do Instituto Brasileiro de Ação Democrática (Ibad), instituição mantida pela Embaixada dos Estados Unidos.

No início de 1964 o país chega a um impasse. O Governo já não tem o apoio das classes dominantes e os próprios integrantes da cúpula governamental divergem quanto aos rumos a serem tomados.

Em 19 de março é realizada, em São Paulo a maior mobilização contra o governo, a "Marcha da Família com Deus pela Liberdade", organizada por grupos da direita, com influência dos setores conservadores da Igreja Católica. A manifestação, que reúne 400 mil pessoas, fornece o apoio político para derrubar o presidente. No dia 31 de março com o anúncio das "Reformas de Base", que



incluíam a reforma agrária, inicia-se o verdadeiro movimento para o golpe. No mesmo dia, tropas mineiras sob o comando do general Mourão Filho marcham em direção ao Rio de Janeiro e Brasília. Depois de muita expectativa, os golpistas conseguem a adesão do comandante do 2º Exército, general Amaury Kruel. Jango está no Rio quando recebe o manifesto do general Mourão Filho exigindo sua renúncia. No dia 1º de abril pela manhã, parte para Brasília. Não deu mais tempo para nada, abandona a Capital e segue para Porto Alegre.

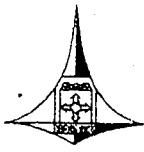
Nesse mesmo dia, ainda com Jango no país, o presidente do Senado, Auro de Moura Andrade, declara vaga a Presidência da República. Ranieri Mazzilli, presidente da Câmara dos Deputados ocupa o cargo interinamente. Exilado no Uruguai, Jango participa da articulação da Frente Ampla, um movimento da Redemocratização do país, junto com Juscelino e seu ex-inimigo político, Carlos Lacerda. Mas a Frente não se concretiza. João Goulart morre na Argentina em 1976.

**Lúcio Marçal Ferreira Ribeiro de Lima e Costa**, nascido em Toulon, França, em 1902, filho de brasileiros em serviço no exterior, o engenheiro naval baiano Joaquim Ribeiro da Costa e da amazonense Alina Ferreira, educou-se na Inglaterra e na Suíça. Após retornar ao Brasil, em 1917, estudou pintura e arquitetura na Escola Nacional de Belas Artes, tendo se diplomado em 1924. Quatro anos depois, casou-se com Julieta Guimarães, pai de Maria Elisa. Em 1957 venceu o concurso nacional do projeto urbanístico para construção de Brasília, sob a forma de dois riscos cruzados formando o sinal da cruz, estava criada a Capital do País, dando fundamental contribuição à preservação do nosso patrimônio artístico e à renovação arquitetônica.

Em 1936 consegue convencer Le Corbusier a vir ao Brasil avaliar o projeto para o edifício-sede do Ministério da Educação, no Rio de Janeiro. Em 1938 projeta, ao lado de Oscar Niemeyer, o pavilhão brasileiro da New York World's Fair.

Em 1954 perde a mulher num acidente automobilístico, do qual ele se julgaria culpado, por dirigir o carro em que viajavam.

Doutor Honoris Causa pela Universidade de Harvard, desde 1960; sócio honorário de instituições profissionais de vários países — Académie D'Architecture da França, Royal Institute of British Architects e do American Institute of Architects, em 1970 Lúcio Costa recebeu do presidente George Pompidou a maior honraria do governo francês, a Legião de Honra, no grau de "Commandeur". São títulos que engrandecem o currículo de um dos maiores urbanistas da história do Brasil, que não chegou a ganhar, segundo revelou em sua última entrevista, o título de Cidadão de Brasília. "Isso não me preocupa", desdenhou.



O lago Paranoá, na avaliação de Lúcio Costa, deu o toque de graça, fundamental para a consolidação da capital.

O que aborreceu o pai de Brasília foi a comparação feita por várias pessoas, de que a capital foi idealizada **como se fosse um avião**. “Não tem nada de avião! É como se fosse uma borboleta. Jamais foi um avião! Coisa ridícula! Seria inteiramente imbecil fazer uma cidade com forma de avião. Do triângulo da Praça dos Três Poderes, que é a cabeça da cidade, surgiu a Esplanada para receber esses prédios destinados aos Ministérios. Surgiu o Eixo Monumental, não num sentido pretensioso, numa plataforma mais elevada.”

Em 13 de junho de 1998, falece em sua residência no Leblon, na cidade do Rio de Janeiro.

Nascido no Rio de Janeiro, em 15/12/1907, **Oscar Niemeyer** formou-se em 1934 pela Escola Nacional de Belas Artes. Seu primeiro trabalho - como membro da equipe liderada por Lúcio Costa e que tinha a consultoria de Le Corbusier - foi a sede do Ministério de Educação e Saúde em 1936, obra que se caracterizou como um marco da arquitetura moderna mundial.

Niemeyer projetou grande parte dos principais edifícios de Brasília, incluindo: o Congresso; os Palácios da Alvorada, da Justiça, do Planalto e dos Arcos; a Catedral; o "Minhocão" da Universidade de Brasília; o Teatro Nacional; o Memorial JK. Continua vivo morando no Rio de Janeiro e, sempre que convidado, vem à Brasília colaborar com seu desenvolvimento arquitetônico.

Nascido em Minas Gerais, em 4 de janeiro de 1896, **Israel Pinheiro**, com 12 anos de idade, perde o pai, João Pinheiro, então Governador de Minas Gerais. A família enfrenta dificuldades financeiras e Israel vai estudar no Colégio Interno de Nova Friburgo, RJ.

De volta a Minas, Israel vai para Ouro Preto estudar Engenharia na Escola de Minas e Metalurgia. Suas altas notas lhe permitem ganhar um prêmio de dois anos de estudos na Europa. Volta ao Brasil e trabalha na Companhia de Cerâmica João Pinheiro, fundada por seu pai.

Em 1923, concorre a uma vaga na Câmara Municipal de Caeté pelo Partido Republicano Mineiro. A vitória inicia sua carreira política. Em 1933 é nomeado por Benedito Valadares (interventor federal em Minas Gerais) Secretário de Agricultura, Viação de Obras Públicas. Em 1934, fica à frente da nova supersecretaria da Agricultura, Indústria, Comércio e Trabalho. Como Secretário, Israel costumava-se encontrar com Juscelino Kubitschek, então deputado estadual de Minas Gerais, que lhe solicitava a liberação de verbas para a região que representava, especialmente Diamantina.

Em 1942 é nomeado presidente da recém-criada Companhia Vale do Rio Doce, cargo que exerceu até 1946, quando saiu para disputar uma vaga na



Câmara dos Deputados. Foi deputado federal por três mandatos consecutivos, tendo apresentado em 1950 uma emenda que determinava a localização do Novo Distrito Federal (abrangendo parte de MG e parte de Goiás) e tendo, depois da rejeição da emenda, continuado a defender a idéia da mudança da capital.

Em 1956, já na terceira legislatura como deputado federal, Israel é convidado por Juscelino para assumir a presidência da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil (NOVACAP). Ele renuncia ao mandato e segue com JK rumo a Brasília. Após a inauguração da cidade, é nomeado por Juscelino como primeiro prefeito da nova Capital, cargo que assumiu em 07/05/60.

Em 1962, enquanto sobrevoava Brasília, Juscelino disse "Meu Deus, sem o Israel jamais eu teria conseguido construir Brasília". Em 1991, Lúcio Costa disse "Não existiria Brasília, sem Israel Pinheiro. Ele foi um visionário. Lutou pela construção de Brasília e não sossegou até ver a cidade de pé".

Em 1965 foi eleito Governador de Minas Gerais (mesmo cargo que já havia sido ocupado por seu pai), tomando posse em 31/01/66.

Faleceu em 1973, aos 77 anos.

Nasceu em 18 de junho de 1901, no Rio de Janeiro, **Bernardo Sayão**, formou-se em 1923 pela Escola Superior de Agronomia e Medicina Veterinária de Belo Horizonte.

Casou-se em 1925 com D. Lygia Mendes Pimentel, que faleceu em 1935. Deste 1º casamento nasceram as filhas Léa e Laís.

Em 1939 visitou pela 1ª vez o Estado de Goiás, demonstrando seu interesse pela região central do país.

Em 1941 se casaria pela 2ª vez, com D. Hilda Fontenele Cabral, com quem teria mais quatro filhos: Fernando, Bernardo, Lía e Lílian.

Ainda em 1941, Getúlio Vargas escolheu Bernardo Sayão para dirigir a implantação de uma Colônia Agrícola no interior de Goiás. Esta colônia seria primeira de uma série de 8 que se pretendia implantar no Oeste do país, como parte da famosa "Marcha para o Oeste". Em 1944 Sayão concluiu a estrada de 142 km que ligava a Colônia Agrícola, hoje Município de Céres, à cidade de Anápolis.

Em 1954, foi eleito Vice-Governador do Estado de Goiás, com votação superior à do próprio governador eleito. Chegou a governar interinamente Goiás, por três meses.

Em setembro de 1956, foi nomeado como um dos diretores da NOVACAP, juntamente com Israel Pinheiro (presidente), Ernesto Silva e Íris Meinberg.

Em 1958 foi encarregado por Juscelino Kubitschek de construir a estrada Transbrasiliana (a Belém-Brasília). Credo que a construção de Brasília já se encontrava bem encaminhada, Sayão aceita dirigir pessoalmente as obras da rodovia.



Porém, em 15 de janeiro de 1959, ocorre um terrível acidente no Estado do Maranhão: uma árvore derrubada, na abertura da estrada, cai sobre a barraca onde estava Sayão, que é gravemente ferido. Ele morre no mesmo dia, dentro do helicóptero que o levava em busca de socorro médico.

Ironicamente, Sayão acabou sendo o pioneiro do cemitério de Brasília (hoje Campo da Esperança).

Em sua homenagem, a Belém-Brasília recebeu o nome oficial de Rodovia Bernardo Sayão.

Luiz Crulls teve decisiva participação na mudança da Capital do Brasil para o Planalto Central. Em 1892, a chamada Comissão Crulls realizou os primeiros estudos para a implantação da futura Capital Federal no Planalto Central. A Comissão era composta por astrônomos, médicos, farmacêuticos, geólogos, botânicos, etc. Como resultado de seu trabalho foi demarcada a região.

Em 1945, Planaltina hospeda uma comissão designada pelo Presidente Eurico Gaspar Dutra presidida pelo General Djalma Poli Coelho. O relatório de 1948 desta comissão, adota a localização sugerida pela Comissão Crulls.

Em 1955, outra Comissão chefiada pelo Marechal José Pessoa Cavalcanti delimita definitivamente a área e o sítio da nova Capital. O Quadrilátero do Distrito Federal passou a ocupar uma área de 5.814Km<sup>2</sup> e foi sobreposto a três municípios goianos, um dos quais Planaltina, que teve seu território dividido em duas partes ficando sua sede dentro da área do Distrito Federal.

Diante do exposto, nada mais justo que homenagearmos esses próceres personagens da história brasileira contemporânea, numa demonstração de carinho que Brasília tem pelos seus idealizadores e construtores, motivo pelo qual conclamo os nobres Pares desta Casa a aprovarem este Projeto de Lei.

Sala das Sessões, 28 de setembro de 1999

**JOÃO DE DEUS**  
Deputado Distrital-PDT

